

EDITAR PARA NÃO MORRER: UMA PRÁTICA LINGÜÍSTICO-FILOLÓGICA EM MANUSCRITOS BAIANOS.

Fabício dos Santos Brandão*
Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumo:

O uso do texto como fonte de pesquisa primária pode apresentar certas implicações, principalmente quando se referem à transcrição. Por isso, a presente proposta busca, por meio da edição semidiplomática de manuscritos baianos, evidenciar o trilhar lingüístico-filológico com o intuito de salvaguardar a história e a escrita no âmbito da cidade de Feira de Santana e região circunvizinha, entre os séculos XIX e XX.

Palavras –chave: estrangeirismos , análise do discurso, interdiscursividade.

Abstract:

The usage of the text as primary research source may present certain implications, mainly when it refers to transcription. Thus, this current proposal seeks, by means of a semidiplomatic edition of Bahian manuscripts, to evidence the linguistic-philological trail aiming to preserve the history and the writing in the city of Feira de Santana and the surrounding region, between the 19 th and 20 th centuries.

Key words : Bahian manuscripts, text, philology.

Introdução

No Brasil, o acesso à informação apresenta inúmeras dificuldades, isto se deve ao fato de que no país ainda não há uma prática de Educação Patrimonial visível. Com isso, a relação leitor/documento mostra um tênue limite entre ambos: o homem no tempo e no espaço.

Atualmente, vive-se em uma sociedade imediatista, isto é, a do tempo presente. Por isso, o envolvimento com o mundo no papel está afetado porque na era do virtual costuma-se tratar o documento quando este se refere às instâncias do passado como algo velho, insignificante, restando-lhe como destino o lixo. Esta concepção por muitos anos possibilitou e está a possibilitar a destruição documental no Brasil, seja em arquivos particulares ou públicos, museus e bibliotecas.

Diante desta problemática surge a preocupação acadêmica acerca da documentação de Feira de Santana e região, tornando-se de um modo geral um elemento prioritário desta investigação lingüística-filológica, pois, segundo Magalhães (1985, p.67):

É preciso refletir um pouco sobre o conceito de memória nacional, que para mim está aí, guardada nos grandes depósitos de saber que são o

* Graduando do curso de Letras com Espanhol e bolsista FAPESB do projeto Documentação de Feira de Santana: um trabalho lingüístico-filológico, orientado pela Profª Drª Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

Museu Nacional, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Público, os órgãos regionais. A memória nacional está nos livros, no trabalho do Instituto do Patrimônio Histórico, enfim, em todas as entidades que, ao longo do tempo se ocupam do problema da trajetória histórica da nação. A memória nacional, portanto, não precisa ser procurada. O que precisa ser feita é a dinamização da memória nacional... E aí faço, de novo o uso de uma imagem comparativa com o organismo humano. Quando se fala em memória, num sentido figurado, quando se empresta a idéia de memória a um fato qualquer, em geral há uma tendência a se tomar isso como “juntar” ou “guardar” alguma coisa, “reter”. E isso me parece insatisfatório, eu prefiro o conceito biológico de memória: guardar, reter, para em seguida mobilizar e devolver.

Assim, no interior dessas questões, objetiva-se por via da pesquisa resgatar a importância dos manuscritos a partir de dois aspectos: a conservação destes e o valor histórico que representam para a formação do português brasileiro.

1. A prática filológica

Desde o aparecimento da escrita e seu uso na comunicação interpessoal o homem já apontava a necessidade de constituir uma ciência da linguagem para auxiliar a transcrição textual, com o objetivo de evitar alterações, reduções e acréscimos que naturalmente os copistas, por descuido, intercalavam ao texto, gerando um problema de edição. Ao adicionar um novo dado lingüístico já não se estava diante das impressões do autor, mas sim, do copista. Na verdade, reside nesta problemática uma confusão entre os limites da Lingüística e da Filologia.

Dessa forma, surge a Filologia, por sugerir um momento oportuno para o homem visualizar o texto não como um referencial apenas capaz de recordar, mas também de representá-lo através dos tempos e dos espaços. Trata-se, então, de uma ciência que se caracteriza pela ida às fontes.

Ao longo da história o árduo trabalho de Filologia propiciou um considerável número de textos conservados ora no recanto de arquivos públicos e bibliotecas, ora sob o domínio particular de famílias, graças à seriedade de vários estudiosos, assim como, o entendimento destes em relação aos ramos que compõem esse terreno científico. Inicialmente, começam a se instalar noções e conceitos dentro do contexto filológico, o que posteriormente cristalizou-se com a Paleografia, a Codicologia e a Diplomática.

Com estes caminhos o leitor pesquisador passa a ganhar um embasamento teórico muito seguro para avaliar e garantir a autenticidade de um texto. Para isso, parte da idéia de que a paleografia, enquanto uma das vias para se chegar ao texto, representa o que diz Acioli (1994, p. 6):

A ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas, determina o tempo e lugar em que foi redigido o manuscrito, anota os erros que possa conter o mesmo, com o fim de fornecer subsídios à História, à Filologia, ao Direito e a outras ciências que tenham a escrita como fonte de conhecimento.

Assim, vai-se tecendo o perfil do filólogo que, ao assumir o papel de pesquisador, confere por meio das interseções conceituais do labor filológico uma aplicabilidade ao texto. Enfim, torna-se explícito que a tarefa base de um estudioso do texto escrito está voltada em salvá-lo da destruição material.

2. A edição

Para a execução desta atividade priorizou-se a lição conservadora, isto porque o próprio nome conservar dá a entender a necessidade de resguardar alguma coisa de qualquer dano e, neste percurso, a prática filológica se assemelha a esta condição à medida em que busca explicar o texto nas suas formalidades.

Nesta dinâmica o trabalho da Filologia consiste em auxiliar o leitor na decifração gráfica dos escritos, permitindo que este venha a conhecer características peculiares da língua em determinado momento da sua história. Para isso, o filólogo através do seu objeto de trabalho, o texto, precisa delimitar se o seu objetivo é a volta à forma original.

A partir desta definição, pode-se estabelecer que critérios foram privilegiados para editar determinado documento. Neste caso, optou-se pela edição semidiplomática por esta manter-se fiel ao texto, independente do período em que foi escrito.

O papel da lição conservadora ganha aí a direção mais fidedigna ao se referir à escrita, porque apresenta um caminho que penetra num determinado contexto, para compreender como certos processos ocorreram, principalmente quando se objetiva alcançar o estado da língua, instante em que preservar o texto em sua grafia original garante aos estudiosos desta natureza entender como sucedeu certas mudanças e variações lingüísticas. Não só isso como também um vasto conteúdo: alusões históricas, valor literário, determinação da autenticidade dos testemunhos, dentre outros.

2.1 Os documentos

Os documentos utilizados para a realização deste estudo referem-se a uma Carta Imperial e a uma Correspondência Pessoal. Por sua vez, encontram-se na Biblioteca Monsenhor Renato de Andrade Galvão, sediado no Museu Casa do Sertão, pertencente à Universidade Estadual de Feira de Santana.

2.1.1 Descrição da Carta Imperial

Documento escrito em um fólho, apenas o recto, em papel timbrado da “Directoria Geral dos Negócios da Justiça”, medindo 210mm x 135mm em 13 linhas. O mesmo traz rasuras no corpo do texto na linha 4, entre as palavras “S [...] o Senhor” e na linha 14, após o registro “da Cunha”, o que dificulta inferir ao certo que palavras pertencem a estas partes do manuscrito.

2.1.2 Descrição da Correspondência Pessoal

Documento em duas folhas de nota, escritas por completo, apresentando no ângulo superior esquerdo o timbre do Gabinete do Ministro da Indústria, tamanho 345mm x 220mm e data de 09 de novembro de 1899.

2.2 critérios para edição

Na transcrição respeitou-se fielmente: Grafia (letras e algarismos), linhas; numerando-as de cinco em cinco, fólho; numerar o texto fólho a fólho; desdobrar as abreviaturas apresentando-as em itálico e negrito; utilizar colchetes para as interpolações e chaves para as letras e palavras expurgadas; indicar as rasuras ilegíveis com o auxílio de colchetes e reticências.

2.2.1 Edição da Carta Imperial

fº 1 rº

Directoria Geral dos Negócios da Justiça

Rio de Janeiro 27 de Maio de 1880.

Illustrissimmo Senhor

5 De ordem de S [...] o Senhor Conselheiro
Ministro da Justiça comunico a **Vossa** Senhoria
que por decreto de 16 corrente foi re-
movido para a comarca de Berique
em Pernambuco; sendo-lhe marcado o
10 prazo de quatro mezes para assumir
o exercício das respectivas firmações

Deus guarde Vossa Senhoria

Senhor Juiz de Direito João Carlos de
Mendonça Vasconcelos

José Bento da Cunha [...]

2.2.2 Edição da Correspondência Pessoal

f^o 1, v^o

em conversa aqui commigo
manifestou-se sempre avesso
as olygarchias. Deu-me
a perceber qu eu é que tinha
5 direito de ser indicado
para succedelo. Bondade d'elle,
nunca me julguei com tal
direito e agora muito menos
que as cousas ahi, cada vez
10 se difficultam mais.
Entretanto, falava elle tambem
ou consultar a opinião
dos municipios, ideia que
parecendo-me muito acerta-
15 do, não posso deixar de

3. A prática lingüística

O século XIX representa o marco para a língua portuguesa em terras brasileiras. Isto se deve ao tecido lingüístico apresentado, principalmente no aspecto do grafema/fonema, da fonologia lexical e sintaxe.

Todos estes fatores permitiram uma certa liberdade na realização tanto da escrita como da fala do português. Progressivamente, o que começava a ocorrer naquele momento era um distanciamento entre a língua da metrópole e a da colônia, levando a estabelecer duas modalidades de uma mesma língua: o português brasileiro e o português europeu.

Desse ângulo, o nacionalismo representou o papel inicial para as mudanças nos diversos segmentos sociais do Brasil, inclusive na língua. Favorecido pelas crenças românticas de independência o povo passa a buscar uma língua própria e encontra estímulo na literatura, que naquela época já trabalhava no mesmo sentido.

Com isso, os literatos incorporam em suas obras a variante brasileira e expressões da oralidade passam a ocupar formas de prestígio nos seus textos. Esta preocupação atinge a sua consolidação na segunda década do século XX por volta do ano 1916, quando são estabelecidas as bases das reformas ortográficas.

O modo de escrever foi influenciado diretamente por dois tipos de variações: a ortográfica fonológica e a ortográfica etimológica. Para entender suas implicações na escrita da época basta compreender, simplesmente, a não existência de uma norma padrão consolidada. Esta indefinição ficou bem marcada no grafema, o que favoreceu uma análise grafemática.

Estas variações existiram à medida em que se tornou perceptível a transitoriedade do oral para o escrito, pois os diversos traços fonéticos não estavam bem definidos, assim como a falta de um sistema ortográfico padrão levaram a escrita do século XIX a uma oscilação, possibilitando excelentes caminhos da pronúncia portuguesa de então.

Tomando-se por base os manuscritos Carta Imperial e a Correspondência Pessoal transcritos neste trabalho, fez-se um levantamento gráfico, elencando formas utilizadas no século XIX e que não são mais usadas no século XX na língua do Brasil.

Para isso, torna-se necessário elencar um número considerável de exemplos para que se possa levantar dados interessantes que descrevam o estado da língua nos séculos XIX e XX.

Palavra	Grafia atual	Análise
Directoria	Diretoria	Simplificação do grupo consonantal: -ct->-t-.
Commigo	Comigo	Simplificação da geminada em posição intervocálica.
Ahi	Aí	Utilizado para assinalar o hiato em algumas palavras
Cousas	Coisas	Variação ortográfica ou/oi
Olygarchias	Oligarquias	Esta grafia é resultado da ortografia etimologizante. No latim medieval, grafava-se <i>oligarchia</i> , que é uma forma derivada do grego <i>oligarchía</i> .
Mezes	Meses	Na grafia atual utiliza-se o grafema <s> para representar o fonema /z/, no entanto a grafia fonética em voga no séc. XIX utiliza o grafema <z> representando o fonema, ocorrendo uma relação biunívoca <z> = /z/.

Tais empregos são considerados não padrão para a norma vigente na escrita atual. As razões que possibilitaram esta forma de desprestígio iniciam-se na segunda década do século XX, por volta de 1916, quando procura-se uniformizar a ortografia portuguesa através de variadas reformas e que se estendem até os nossos dias.

Dessa maneira, compreende-se que o português, em sua trajetória, passou por um processo de simplificação. Observa-se, a seguir, as principais mudanças:

- Ocorre uma simplificação do grupo consonantal -ct->-t- como o caso de Directoria, proveniente do latim tardio -ctoria. Muito embora este fonema seja conservado em algumas palavras: Ex.: aspecto.
- Ocorre a simplificação das geminadas nos grupos consonantais como “nn”, “mm”, “ll”. Quando aparecem as geminadas como no caso de

Editar para não morrer: uma prática linguístico-filológica em manuscritos baianos.

–rr/-ss- são utilizadas para fazer distinção gráfica e semântica, veja em “carro” e “caro”.

- Suprime-se o –h– intervocálico quando este fonema forma hiato.

A questão da língua não é, no Brasil, no século XIX, apenas uma controvérsia lingüística, marcada por variadas oscilações. Esta representa na verdade uma sociedade em busca de uma língua original mais próxima da usada pelo seu povo.

Considerações Finais

Sabe-se que este artigo apresenta apenas alguns poucos resultados em torno do trabalho exaustivo da história da língua portuguesa e da edição de documentos não- literários brasileiros. Neste caso específico foram usados manuscritos baianos, que representam um *corpus* privilegiado para este fim. Espera-se, com isso, despertar nos interlocutores o prazer pela lição conservadora por meio do labor filológico porque, nesse campo e no que se refere à descrição da língua portuguesa o desempenho de filólogos e lingüistas representa sempre mais uma contribuição aos estudos de lingüística histórica.

Referências Bibliográficas:

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: EDUFPE/JN/ Massangana, 1994.
- ALI, Manuel Said. *Investigações filológicas*. Rio de Janeiro: Grifo; Brasília, INL, 1975.
- CASTRO, Ivo. O retorno à filologia. In: PEREIRA, Cilene da Cunha, PEREIRA, Paulo Roberto Dias. *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários “in memoriam” Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. P. 511-20.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6 . ed. v. 4. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973
- CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Fundação Nacional Pro-Memória, 1985.
- MARTINS, Nilce Sant’Anna. *História da língua portuguesa século XIX*. São Paulo: Ática, 1998.
- PINTO, Edith Pimentel. *O português popular escrito: repensando a língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 1996.
- TARALLO, Fernando. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.
- TELLES, Célia Marques. Mudanças lingüísticas e crítica textual. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, n.25/26, p.91-119, jan.-dez. 2000.

Recebido em: 13/10/2004

Fabício dos Santos Brandão

Aprovado em: 20/03/2005

Ao pé da letra, 6.1:39-46, 2004